

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

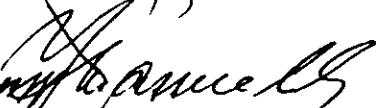
Processo n.º : 13401.000053/97-92  
Recurso n.º : 117.077 – EX OFFÍCIO  
Matéria : IRPJ – EXS.: 1991 e 1992  
Recorrente : DRJ-RECIFE/PE  
Interessada : SUPERMERCADO ARCO-ÍRIS LTDA  
Sessão de : 13 DE OUTUBRO DE 1998  
Acórdão n.º : 105-12.591

RECURSO DE OFÍCIO - PORTARIA N° 333/97 do Sr. MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA - O novo limite estabelecido em seu artigo 1º se aplica aos casos pendentes de julgamento.  
Recurso de ofício não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de ofício interposto pelo DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DE JULGAMENTO EM RECIFE/PE.

ACORDAM os Membros da Quinta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, NÃO CONHECER do recurso de ofício, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
VERINALDO HENRIQUE DA SILVA  
PRESIDENTE

  
JOSE CARLOS PASSUELLO  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 18 NOV 1998

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: CHARLES PEREIRA NUNES, VICTOR WOLSZCZAK, ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado), IVO DE LIMA BARBOZA e AFONSO CELSO MATTOS LOURENÇO. Ausente o Conselheiro NILTON PÊSS.

Processo n.º : 13401.000053/97-92

Acórdão n.º : 105-12.591

Recurso n.º : 117.077

Recorrente : DRJ-RECIFE/PE

Interessada : SUPERMERCADO ARCO-ÍRIS LTDA.

## RELATÓRIO

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em Recife, PE, recorreu de sua decisão nº 739/97 (fls. 40 e 41), que declarou nula a notificação de lançamento que exigia o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica do ano calendário de 1992.

A exigência decorreu de diferenças apuradas pelo sistema de malha fazenda na declaração de rendimentos do ano calendário de 1992.

Impugnada, a exigência foi declarada nula pela autoridade recorrente, com base no artigo 11 do Decreto nº 70.235/72 e por determinação do disposto no art. 6º da IN SRF nº 54/97.

O recurso necessário foi interposto com base no artigo 34, inciso I do Dec. 70.235/72.

É o relatório.



V O T O

Conselheiro JOSÉ CARLOS PASSUELLO, relator

O recurso de ofício foi interposto por, à época da decisão, apresentar a parcela desonerada valor superior a R\$ 124.305,00, representada que era por R\$ 168.648,19 (fls. 09).

O advento da Portaria nº 333, de 11 de dezembro de 1997, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União de 12.12.97, pág. 29560, veio elevar tal limite para R\$ 500.000,00, conforme seguinte redação:

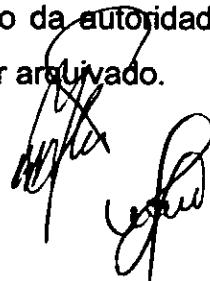
*"Art. 1º Os Delegados de Julgamento da Receita Federal recorrerão de ofício sempre que a decisão exonerar o sujeito passivo do pagamento de tributo e encargos de multa de valor total (lançamento principal e decorrentes) superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).*

*Parágrafo único. Na hipótese de quantia lançada em UFIR, será convertida em real na data da decisão, para fins de verificação do valor a que alude o "caput" deste artigo."*

Tratando-se de norma processual relativa a recurso, sua eficácia se opera imediatamente e sobre todos os fatos pendentes de concretização.

Assim, o presente recurso de ofício passou a ser regido pela Portaria citada, o que implica dizer, não dever ser o recurso conhecido.

Dessa forma, a decisão da autoridade singular é definitiva e deve, por consequência, o presente processo, ser arquivado.



Processo n.º : 13401.000053/97-92  
Acórdão n.º : 105-12.591

Assim, por apresentar a matéria desonerada valor inferior a R\$ 500.000,00, não conheço do recurso, entendendo ser definitiva a decisão da autoridade julgadora singular em comento.

Sala das Sessões - DF, em 13 de outubro de 1998.

JOSÉ CARLOS PASSUELLO

